

**POVOADORES DE S. PAULO – DOMINGOS LUÍS “O CARVOEIRO”
(ADENDAS ÀS PRIMEIRAS GERAÇÕES)**

H.V. Castro Coelho

Resumo: *Antepassado de numerosas famílias tratadas por Silva Leme na “Genealogia Paulistana”.*

Abstract: *Forefather to several families described by Silva Leme in “Genealogia Paulistana”.*

§ 1º

I- DOMINGOS LUÍS, n. por 1540 na freguesia de Santa Maria da Carvoeira, Portugal (sem informação da comarca) fº de Lourenço Luís e de s/m. Leonor Domingues (elementos, creio, de seu testamento, transcritos por Pedro Taques e Silva Leme) veio para S. Vicente no 3º quartel do século.

Casou cerca de 1566 c. ANA CAMACHO, n. por 1550, fª de povoadores da Capitania, segundo as cartas de sesmarias de seus descendentes e parentes. Era tia de Sebastião Fernandes Camacho “filho e neto de povoadores e conquistadores da Capitania” (“Sesm.”, I, 433, 471, 489 etc.) que exerceu em S. Paulo os cargos de juiz de órfãos interino em 1628, juiz ordinário em 1628 e 1643, provedor da Misericórdia em 1621 e 1627, etc. (título Camachos).

Nas atas da câmara aparece de 1579 em diante com a alcunha de “Carvoeiro” (ACCSP, I, 133). Vivia em sua fazenda no lugar do Ipiranga onde erigiu, em 1580, uma ermida sob a invocação de Nossa Senhora da Luz (Tombos da Sé, Livro 1º, ACMSP).

A 23 de maio de 1584, com sete moradores, recebeu da câmara o encargo da abertura de um caminho para o referido lugar (ACCSP, I, 237) e no mesmo ano, a 2 de julho, em companhia do genro Francisco Teixeira Cid, teve carta de chãos junto a vila, no caminho de “Inguaquara”, acima de Salvador Pires (“Cartas de Datas”, I, 28 e 30).

A 23 de abril de 1585, assinou na câmara um termo de ajuntamento, sendo a 4 de agosto nomeado almotacel, primeiro cargo da governança que exercia, conforme vem declarado na ata; são idênticas suas assinaturas nesses assentos – dg^o luis+carvoeiro e dg^o luis - (Atas da Câmara, Livro 5^o, 1585-1587, AHMSP).

Em maio de 1592, figurou ao lado dos camaristas e de cinqüenta e dois moradores num auto e apelação dirigidos ao governador e ouvidor geral sobre a questão da remessa da produção de farinha à Provedoria de S. Vicente; assinou dg^o luis (ACCSP, I, 266, 272 e 443). Não traz esse auto assinatura do Cap. Domingos Luís Grou, ausente desde 1587 na bandeira contra os índios revoltosos de Mogi (Atas da Câmara, Livro 7^o, 1590-1595, ACMSP).

Em 1594, possuía na vila casas de sobrado, fronteiras às casas térreas de taipa de pilão pertencentes a Gaspar Vaz (“Cartas de Datas”, I, 68).

A 19 de maio de 1596, numa pauta de onze pessoas principais da governança, elegeu-se vereador de barrete e assinou os termos seqüentes do mesmo modo (Atas da Câmara, Livro 8^o, 1596-1600, AHMSP); por estarem incompletas as atas no período de 1554 a 1599, ignoram-se outros cargos que teria exercido.

Associado a Luís Álvares, fez um contrato na câmara, a 30 de maio de 1598, para prosseguir as obras da igreja matriz, edificada em taipas de pilão; obrigaram-se os dois empreiteiros a iniciar os trabalhos logo após a conclusão das casas de Antônio Vaz e de outras que Domingos Luís construía para si (ACCSP, II, 42). Ambos disporiam por esses anos de grande leva de administrados do gentio.

Nos dias 16 de janeiro, 5 e 6 de fevereiro e 24 de junho de 1600, assinou termos na câmara sobre questões da governança e apenas figurou nas listas dos vereadores em 1602, 1608 e 1610.

Em 1603, segundo os autores, transferiu a capela de Nossa Senhora para o lugar de Guarepe, instituindo seu administrador o filho Antônio Lourenço (Tombos da Sé, Livro 1^o, ACMSP).

Eleito vereador mais velho do pelouro, em 1607, não pode permanecer no cargo por ser sogro de José de Camargo, nomeado juiz de órfãos a 17 de março desse ano pelo governador geral do Brasil Diogo Botelho (ACCSP, II, 179 e 191).

A 21 de novembro de 1609, com Bernardo de Quadros e Gonçalo Madeira, aceitou a incumbência da câmara de reunir a finta para o

término da igreja matriz e, no ano seguinte, serviu o cargo de provedor da Santa Casa de Misericórdia (id, 250 e 259).

Pouco depois da morte da mulher, em 1613, C.c. Branca Cabral, viúva de Simão da Costa (falecido em 1611) filha do Cap. Pedro Álvares Cabral, natural dos Açores, e de s/m. Susana Moreira, sem geração. Faleceu em 1615 e foi inventariado em S. Paulo, segundo o inventário de seu filho Domingos Luís (INV. E TEST., III, 114).

Haviam feito Domingos Luís, o velho, e sua 1ª mulher testamento conjunto (inventário e testamento inexistentes no DAESP, constando dos índices antigos apenas o inventário de Ana Camacho, em 1613).

Tiveram sete filhos, quatro com descendência amplamente descrita por Silva Leme:

- 1(II)- INÊS CAMACHO, n. por 1567, C.c. FRANCISCO TEIXEIRA CID – segue.
 - 2(II)- LEONOR DOMINGUES C.c. JOSÉ DE CAMARGO, juiz ordinário em 1595 e 1612 e de órfãos em 1607.
 - 3(II)- DOMINGAS LUÍS, n. por 1575, C. por 1591 c. o CAP. ASCENSO RIBEIRO, n. em 1566, fº de Estevão Ribeiro, o velho, e de s/m. Madalena Fernandes; juiz ordinário em 1602 e depoente nos processos de beatificação do Padre José de Anchieta em 1622 e 1627.
 - 4(II)- BERNARDA LUÍS C.c. o CAP. MOR AMADOR BUENO, juiz ordinário e de órfãos em 1639.
 - 5(II)- DOMINGOS LUÍS, o moço, C.c. FELICIANA PARENTE, fª de Gonçalo Madeira e de s/m. Clara Parente.
 - 6(II)- ANTÔNIO LOURENÇO, n. em 1584, C.c. MARINA DE CHAVES, juiz ordinário em 1621 - § 7º.
 - 7(II)- MIGUEL LUÍS, n. por 1588, foi vereador em 1634, almotacel em 1635, etc. (ACCSP, IV, 203 e 243).
- II- INÊS CAMACHO, n. por 1567, C. cerca de 1583 c. FRANCISCO TEIXEIRA CID, n. por 1550 (creio, em Portugal) morador em S. Paulo onde serviu o cargo de almotacel nos anos de 1583, 1587 e 1588 (ACCSP, I, 215, 320 e 359) tendo comparecido nos ajuntamentos da câmara em 1588, 1591, 1592 etc. Seria parente em S. Paulo de pessoas do mesmo apelido.

Conforme os autores, seguiu em 1585 e 1590 nas expedições do Cap. Mor Jerônimo Leitão, a Paranaguá e ao vale do Tiête, contra os carijós e tupis.

Faleceu em 1594, com testamento e disposições pias, sendo inventariado antes de 1605 (INV E TEST., XXVI, 245). Casou a viúva c. João da Costa Lima, n. por 1559 (creio, em Portugal) que exerceu várias funções em S. Paulo: nomeado a 1º de dezembro de 1600, pelo governador geral do Brasil D. Francisco de Sousa, para os cargos de avaliador da fazenda dos órfãos e de repartidor de terras e, a 18 de novembro de 1608, pelo desembargador Dr. Francisco Sutil de Siqueira (provedor mor dos defuntos, resíduos e órfãos no Estado do Brasil) para o cargo de mamposteiro dos cativos da Capitania de S. Vicente (RGCSP, 99, 164 e 178). Em 1603, foi eleito juiz ordinário do pelouro (ACCSP, II, 123).

Viveu durante muitos anos em S. Paulo e depois viajou para Portugal, regressando por volta de 1621.

Faleceu Inês Camacho em 1623, com testamento em que determinou ser sepultada na igreja matriz, na cova de seu pai, e dispôs por sua alma nove missas em louvor a Nossa Senhora, S. Miguel, S. João Batista e Santo Antônio (INV. E TEST., XII, 331).

Anos depois tornou-se o viúvo ermitão, passando a viver junto à ermida de Santo Antônio com autorização do vigário de S. Paulo, Padre Manuel Nunes. Faleceu em 1639 (parece que em estado de decrépito) com testamento escrito por Frei Paulo do Espírito Santo, religioso de S. Bento. Ordenou sepultura na ermida e dispôs algumas missas, todas pagas em vida, dedicadas a Nossa Senhora, S. João, Santo Antônio, S. Francisco e S. José (id., 348).

Teve do 1º matrimônio:

1(III)- DOMINGOS TEIXEIRA CID, n. por 1584, C. antes de 1623 c. MARIA GIL, falecida em 1644, sem geração. Foi vereador em S. Paulo em 1649 (V, 356).

Seria Maria Gil viúva quando casou, tendo o filho Gonçalo Gil, n. por 1620(?) tutelado em 1644 de “seu avô”, Manuel Fernandes Gigante, e que assinou quitação da legítima nesse ano ou pouco depois (INV. E TEST., XXIX, 137, 143 e 147).

2(III)- UM FILHO já falecido em 1623.

3(III)- PADRE ANTÔNIO TEIXEIRA, n. por 1588, ausente nos anos de 1623 a 1644 em Santiago del Estero. Possuía entre os bens do pa-

trimônio sacerdotal uma casa em S. Paulo, que lhe fora doada pelo irmão Domingos Teixeira.

Em 1633, era seu procurador nessa vila o referido irmão (INV. E TEST., XXIX, 143 e XII, 346).

4(III)- FRANCISCO TEIXEIRA CID, n. por 1590. – segue.

Teve do 2º matrimônio dez filhos, sete tratados por Silva Leme:

5(III)- JOÃO DA COSTA, n. em 1596-97.

6(III)- SIMÃO DA COSTA, n. em 1602, C.c. MARIA DE FREITAS - § 3º.

7(III)- ÁLVARO DA COSTA, n. em 1610, C.c. ISABEL FERNANDES.

8(III)- ANA DA COSTA SEA, n. em 1599, C.c. BRÁS MACHADO - § 4º.

9(III)- ISABEL DA COSTA C.c. FRANCISCO SUTIL DE OLIVEIRA - § 6º.

10(III)- MARIA DA COSTA, n. em 1603, C.c. DOMINGOS LEME.

11(III)- MARIA DE LIMA, n. em 1605, C.c. JOÃO PEDROSO DE MORAIS.

12(III)- PÁSCOA DA COSTA (DE LIMA OU DA ROSA) n. em 1607-08, C.c. GASPARE DE LOUVEIRA.

13(III)- MARGARIDA DE SEA (OU DE LIMA) n. por 1611, C. a de novembro de 1635 c. DOMINGOS DE MEIRA.

14(III)- MARIA DE SEA, falecida solteira, antes de 1623.

III- FRANCISCO TEIXEIRA CID, n. por 1590, C. em S. Paulo antes de 1623 c. ISABEL RODRIGUES, mencionada no testamento de sua sogra.

Em 1615, registrou nessa vila três administrados do gentio carijó, assinando o nome completo no termo (RGCSP, VII, 141). Deve ser a pessoa (Francisco Teixeira) que recebeu provisão de meirinho da Ouvidoria em 1617 (RGCSP, I, 250).

Com toda a probabilidade os pais de:

IV- CAP. ANTÔNIO TEIXEIRA CID, n. por 1625, C. em Taubaté (?) por 1655 c. APOLÔNIA DE ALBERNAZ, bat. no Rio de Janeiro a 28 de setembro de 1638, filha, conforme escreveu Carlos Rheingantz, de Inácio Jaques Al-

bernaz e de s/m. Maria Vaz, esta C. 2ª vez em 1656 c. o Cap. Manuel da Costa Cabral, viúvo de Francisca Cardoso, falecido com testamento em 1659. Foi nesse ano nomeado procurador de sua sogra Maria Vaz (AHMFG).

Residiu na paragem de Pindamonhangaba onde faleceu acidentalmente, viúvo, deixando dois filhos, segundo o inventário aberto pelo juiz ordinário e de órfãos Cap. Gaspar Vaz da Cunha, a 23 de abril de 1678, em Taubaté.

Como católico, recebeu nos funerais assistência do vigário e da confraria de Nossa Senhora do Rosário (da qual era juiz Domingos Rodrigues do Prado). Teve, do abintestado, cinqüenta e seis missas, celebradas pelo vigário e pelos frades da Ordem de S. Francisco, além de outras encomendadas quando seguiu numa entrada ao sertão, pouco antes de 1675. Devia, em 1678, uma esmola aos “Santos Lugares de Jerusalém”.

Em 1652, figurava entre os homens abonados de Taubaté (AHMFG).

No inventário arrolaram-se um sítio com quinhentas braças de terras de testada, uma casa de telha, onde morava, e alguns outros bens, tudo em sua avaliação destinado ao pagamento dos credores. Houve leilão do acervo, sendo as terras de Pindamonhangaba arrematadas ao Cap. Antônio Bicudo Leme, através de seu procurador Cap. Sebastião de Freitas, o velho. No título dos administrados declararam-se treze almas do gentio forro.

Pais de:

- 1(V)- FRANCISCO TEIXEIRA CIDE c. vinte e dois anos de idade.
- 2(V)- LEONOR RODRIGUES, n. por 1658, C.c. FRANCISCO MARTINS FAREL – segue § 2º.

- V- FRANCISCO TEXEIRA CIDE, n. em 1656, C. em Taubaté por 1686 c. CATERINA BICUDO, n. por 1670, fª de Antônio de Alvarenga (n. em 1644) e de s/m. Isabel Bicudo; n.p. de Antônio de Alvarenga (n. por 1610) e de s/m. Inês Moreira (título Álvares Correias); n.m. do bandeirante Cap. Gaspar Vaz Madeira e de s/m. Catarina Bicudo (S.L., 8º, 11, 2-4). Deve ser o avô paterno quem requereu em 1638, com Baltazar Correia (seu cunhado?) e Simão Machado, a sesmaria do rio Iuna, em Taubaté, todos, conforme declararam na petição, “netos e filhos dos povoadores desta capitania” (“Sesm.”, I, 474).

Faleceu Francisco Teixeira antes de 1700 e casou a viúva com Manuel Vieira Fajardo.

Pais de, ao menos:

- 1(VI)- APOLÔNIA CARDOSO DE JESUS (OU ALBERNAZ) C.c. MANUEL GARCIA VELHO – segue.
- 2(VI) INÊS, bat. em Taubaté a 2 de março de 1696.
- 3(VI)- INÁCIO, bat. na mesma vila a 13 de outubro de 1697 (Livro de 1688-1703, fls. 24v. e 30).
- 4(VI)- (?) DOMINGOS TEIXEIRA CIDE, nomeado testamenteiro de Antônio de Alvarenga, em 1724, sem declaração do parentesco que teria com o testador (AHMFG).

- VI- APOLÔNIA CARDOSO DE JESUS (APOLÔNIA MARIA) n. por 1687, C. antes de 1705 c. MANUEL GARCIA VELHO, n. em 1675, creio o guarda mor das minas de S. João e de Santo Antônio em Mato Grosso, em 1719, mencionado pelos autores (irmão de Maria Garcia C.c. Cosme Ferreira de Melo – AHMFG) fº do Cap. Manuel Garcia Velho, n. em 1641 (casado três vezes) grande sertanista em Minas Gerais (deve ser o juiz ordinário e de órfãos que serviu em Taubaté em 1675) e de sua 2ª mulher Helena Rodrigues, sesmeiros na região de “Corupaetuba”, segundo as escrituras dessa vila em 1693; n.p. de Manuel Garcia Velho e de s/m. Maria Moniz da Costa, sesmeiros entre os rios Juqueri e Atibaia, em 1638, ambos filhos e netos de povoadores e conquistadores da Capitania (“Sesm.”, I, 374); n.m. do Cap. Sebastião Gil, o moço (juiz ordinário em Taubaté em 1655) e de s/m. Helena Rodrigues, esta irmã do Cap. Francisco Borges Rodrigues, juiz ordinário e de órfãos na mesma vila em 1661 (AHMFG) do Padre Gaspar Borges Camacho, habilitado de genere em 1662, e outros.

Apolônia Cardoso já era falecida em 1745; seu marido lhe sobreviveu.

Pais de, entre outros:

- 1(VII)- MANUEL VELHO GARCIA (OU GARCIA VELHO) – segue.
- 2(VII)- SALVADOR VICENTE GARCIA, bat. em Pindamonhangaba, C. nessa vila em 1738 c. ANA MARIA, fª de Gaspar Gomes de Oliveira e de s/m. Maria da Silva; c. 2ª vez no ano seguinte c. HELENA BARBOSA DA SILVA, de Guaratinguetá, fª de Mateus Barbosa Leme e de s. 1ª m. Maria da Silva (Inéditos de Silva Leme).

3(VII)- JOÃO GARCIA VELHO, n. por 1710, C. em Guaratinguetá em 1742 c. MARIA FÉLIX (DE MIRANDA) de Taubaté, fª de João da Cunha de Miranda e de s/m. Ana Maria Félix (RIGB, 7ª, 116, termo nº 57). Sua mãe figura nesse termo com o nome de Apolônia Pedroso Albernaz, creio por leitura errada do apelido Cardoso.

VII- MANUEL VELHO GARCIA (OU GARCIA VELHO) bat. na mesma vila em 1705, C. cerca de 1732 c. MARIA LEITE DE MIRANDA (creio neta de Francisco de Barros Freire e de s/m. Sebastiana Leite de Miranda – S.L., VII, 163) e 2ª vez em 1762 c. INÁCIA MOREIRA DA ENCARNAÇÃO (dispensados em 1768 do parentesco em 4º grau) bat. no bairro de Tremembé (termo de Taubaté) a 4 de novembro de 1735, fª do Cap. Eleutério Félix de Oliveira, n. em 1691 (juiz ordinário nessa vila em 1748) e de s/m. Inês Gonçalves Moreira; n.p. do Cap. João Félix Lobo (juiz ordinário e de órfãos na mesma vila em 1703) e de s/m. Maria de Oliveira (ou Maria Vieira do Canto) e n.m. Francisco Rodrigues Moreira (juiz ordinário e de órfãos em 1695) e de s/m. Maria de Góis da Costa, esta, irmã do Cap. Mor Francisco de Góis da Costa, de Pindamonhangaba; bisneta, pelo avô materno, do Cap. Manuel Rodrigues Moreira, n. em Mogi das Cruzes em 1644, e de s/m. Maria Bicudo, que era irmã de Isabel Bicudo (C.c. Antônio de Alvarenga) bisavó do marido, ambas filhas do bandeirante Cap. Gaspar Vaz Madeira e de s/m. Catarina Bicudo.

A 13 de janeiro de 1759, depondo Manuel Velho Garcia (aos cinqüenta e três anos de idade) como testemunha, no processo de justificação e habilitação de Francisco Rodrigues da Silva (bat. a 17 de outubro de 1733, filho do Cap. Inácio Bicudo de Siqueira, falecido a 2 de agosto de 1735, e de s/m. Bernarda Rodrigues da Silva) declarou ter com o justificante parentesco em 4º grau (por serem bisnetos dos irmãos Cap. Sebastião Gil, o moço, e Cap. Pedro Gil Dias, avô paterno do Cap. Inácio Bicudo de Siqueira).

Faleceu com testamento em Taubaté a 22 de março de 1781 e foi inventariado nessa vila; sua mulher lhe sobreviveu. Um de seus filhos, Leandro Garcia Leite, n. em Taubaté em 1738, residia em Cuiabá em 1781, o que parece confirmar ser o avô, Manuel Garcia Velho, o guarda mor das minas de Mato Grosso em 1719.

Teve geração de ambos casamentos.

- V- LEONOR RODRIGUES (Cide) n. por 1658, C. cerca de 1674 c. FRANCISCO MARTINS FAREL, n. por 1645 e inventariado em Taubaté em 1678 (AH-MFG) que deve ser neto de Pedro Álvares Martins (irmão do bandeirante Cap. Simão Álvares Martins) e de s/m. Ana Farel.

Casou 2ª vez por 1679 c. Cap. Bento da Costa Preto, n. em 1658, de quem foi a 1ª mulher (1).

Faleceu antes de 1696 em Taubaté e seu marido depois de 1727.

Teve do 1º matrimônio os filhos:

1(VI)- ANTÔNIO, n. em 1676.

2(VI)- MARIA, n. em 1678.

Teve do 2º, nascidos de 1680 em diante, ao menos:

3(VI)- BENTO DA COSTA PRETO, o moço, bat. em Taubaté a 30 de setembro de 1692, casado, com geração.

4(VI)- APOLÔNIA DE ALBERNAZ C. antes de 1703 c. JOÃO ANTUNES DE BRITO.

5(VI)- ROSA MARIA DA COSTA, n. por 1680 e inventariada em 1700, C. cerca de 1696 c. DOMINGOS FÉLIX LOBO, n. por 1655 (irmão do Cap. João Félix Lobo) fº do Cap. Jaques Félix Neto, n. em 1635 e falecido em 1712, e de s/m. Páscoa Lobo de Oliveira; n.p. do Cap. Domingos Dias Félix (juiz ordinário e de órfãos em Taubaté em 1650 e 1656) e de s/m. Susana de Góis; bisneto do Cap. Mor Jaques Félix, o velho (fundador em 1636 da povoação de S. Francisco das Chagas de Taubaté, elevada a vila em 5 de dezembro de 1645) e de s/m. Francisca Gordilho e trineto do condestável da Bertioga Cap. Jaques Félix Flamengo e de s/m. Camacho, irmã da mãe do Cap. Sebastião Fernandes Camacho, o velho, da governança de S. Paulo (v. § 1º).

Teve um filho, FRANCISCO FÉLIX DA COSTA, n. em 1697, que já era casado a 10 de abril de 1720 em Taubaté (AH-MFG).

§ 3º

- III- SIMÃO DA COSTA, n. em 1602, fº de João da Costa Lima e de s/m. Inês Camacho (II) C. por 1623 c. MARIA DE FREITAS, n. por 1606, fª de Jorge

de Edra e de s/m. Paula Fernandes, pessoas estabelecidas na Capitania de S. Vicente. Era Maria de Freitas tia do Cap. Miguel Fernandes Edra, juiz ordinário e de órfãos em Taubaté em 1655, e do Cap. Manuel Fernandes Edra, juiz ordinário e de órfãos na mesma vila em 1656 (AHMFG).

Serviu Simão da Costa como testamenteiro e inventariante de sua sogra, em 1648, e faleceu em data não conhecida. Sua mulher foi inventariada em 1657, segundo Silva Leme. Pais de:

- 1(IV)- JOÃO DA COSTA, n. por 1628.
- 2(IV)- SEBASTIÃO FERNANDES CAMACHO, n. por 1630 – segue.
- 3(IV)- SIMÃO DA COSTA, n. creio depois de 1630.
- 4(IV)- ÁLVARO DA COSTA, n. creio depois de 1630.
- 5(IV)- MARIA DA COSTA, C. em S. Paulo a 2 de janeiro de 1640 c. PEDRO MONIZ PEREIRA.
- 6(IV)- INÊS DA COSTA (OU CAMACHO) C. nessa cidade a 8 de outubro de 1641 c. JOÃO ANDRÉ.

IV- SEBASTIÃO FERNANDES CAMACHO, n. por 1630, C. cerca de 1657 c. MARIA DA ESCADA, bat. em S. Paulo a 10 de novembro de 1642, f^a do Cap. André Mendes Ribeiro (juiz ordinário em 1648) e de s/m. Isabel Saavedra (casados em S. Paulo a 2 de julho de 1640); n.p. de Brás Mendes e de s/m. Catarina Ribeiro e n.m. do Cap. João Fernandes Saavedra, natural de Castela (juiz ordinário em 1627) e de s/m. Maria de Godói (2) por esta, bisneta do Cap. Baltazar de Godoy, natural de Castela (juiz de órfãos em 1623) e de s/m. Paula Moreira, por esta, trineta do Cap. Jorge Moreira, n. Portugal por 1525, e de s. 2^a m. Isabel Velho (título Moreiras).

Era Catarina Ribeiro filha de Antônio Mendes e de s/m. Ribeiro e neta de Manuel Ribeiro (juiz ordinário em 1578, 1581, 1583, 1588, 1589 e ouvidor eclesiástico em 1590) e de s/m. Isabel Fernandes, povoadores da Capitania (“Sesm.”, I, 250, 257 e 260).

Faleceu em S. Paulo e foi inventariado em 1662; sua mulher lhe sobreviveu.

Tiveram, nascidos entre os anos de 1658 e 1662:

- 1(V)- SIMÃO CAMACHO.
- 2(V)- ANDRÉ MENDES.

3(V)- PAULA FERNANDES.

4(V)- MARIA DE FREITAS.

§ 4º

III- ANA DA COSTA SEA, n. em 1599, fª de João da Costa Lima e de s/m. Inês Camacho (II) C. em 1617 c. BRÁS MACHADO, morador na vila de S. Paulo onde serviu o cargo de almotacel em 1624 (ACCSP, III, 67 e 87).

Faleceu Ana da Costa a 29 de janeiro de 1643, com testamento escrito pelo tabelião Atanásio da Mota. Fez disposições pias e determinou ser enterrada na igreja matriz, na sepultura de sua mãe, tendo no ato a assistência do vigário e do provedor da Santa Casa de Misericórdia; por sua alma dispôs dez missas em devoção a Nossa Senhora do Rosário.

Seu marido faleceu a 20 de dezembro de 1645, também com testamento, e foi sepultado no mesmo lugar, acompanhado seu corpo pela irmandade da Santa Casa de Misericórdia e pelas confrarias do Santíssimo Sacramento e das Almas; por sua alma encomendou missas louvando o Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora do Rosário (com seus responsos) Nossa Senhora da Conceição, S. Francisco e Santo Antônio.

Teve Brás Machado sítio na paragem de Tremembé, termo da vila de S. Paulo, casas de taipa de pilão, assobradadas, na rua Direita de Santo Antônio, e cerca de vinte e sete administrados do gentio. No inventário, pelas avaliações, destinou-se o monte ao pagamento dos credores, havendo somente partilha da gente forra (INV. E TEST., XXXIV, 9 e 21).

Pais de, tratados por Silva Leme:

1(IV)- CAP. JOÃO MACHADO DE LIMA, n. em 1618, C.c. MARIA LEME DA SILVA. Foi juiz ordinário em 1660 (ACCSP, VI, anexo, 167).

2(IV)- DOMINGOS MACHADO DE LIMA, n. em 1622/1624, C.c. MARIA DA COSTA.

3(IV)- SEBASTIÃO MACHADO DE LIMA, n. em 1625, C.c. CATARINA RIBEIRO – segue.

4(IV)- ANA MACHADO DE LIMA, n. cerca de 1626, C.c. LUÍS DA COSTA RODRIGUES - § 5º.

5(IV)- INÊS MACHADO DE LIMA, n. em 1628.

- 6(IV)- PAULO MACHADO, n. em 1634.
- 7(IV)- ISABEL MACHADO DE LIMA, n. em 1636.
- 8(IV)- MARIA MACHADO, n. em 1639.
- 9(IV)- MARIA MACHADO, n. por 1620 (?) C. em 1635 c. JERÔNIMO NOGUEIRA, conforme escreveu Silva Leme (creio que faleceu antes de 1643).

IV- SEBASTIÃO MACHADO DE LIMA, n. em 1625, C. por 1651 c. CATARINA RIBEIRO, fª do Cap. João Maciel Valente e de s/m. Maria Ribeiro (S.L., título Maciéis). Foi Catarina Ribeiro inventariada em S. Paulo em 1665. Casou o viúvo c. ISABEL DE SIQUEIRA, viúva, e faleceu em 1675. Alguns de seus descendentes passaram a residir em Mogi das Cruzes.

Teve do 1º matrimônio, naturais de S. Paulo:

- 1(V)- JOÃO MACHADO DE LIMA, bat. na Sé a 8 de setembro de 1652 (Lº 1640-1662, Fl. 80v.) C. em Mogi em 1680 c. ISABEL DA CUNHA (S.L., V, 212). Entre seus filhos, João Machado de Lima, juiz de órfãos nessa vila.
- 2(V)- MARIA RIBEIRO, bat. a 21 de janeiro de 1654.
- 3(V)- ANA MARIA, bat. a 20 de novembro de 1655.
- 4(V)- SEBASTIÃO DA COSTA LIMA, bat. a 24 de junho de 1657 (idem, fls. 91v., 109 e 114), C.c. MARIA DA CUNHA (S.L., 1º, 55).
- 5(V)- BRÁS MACHADO, n. em 1659, segundo os inventários dos pais.
- 6(V)- SEBASTIÃO MACHADO DE LIMA, n. em 1661, C.c. CATARINA DA CUNHA, irmã de suas cunhadas Isabel e Maria da Cunha, conforme escreveu Silva Leme. Residiu em Mogi das Cruzes e deixou quatro filhos nessa vila. Não foi o casado a 2ª vez com Catarina de Almeida, bat. em S. Paulo em 1662 (S.L., 1º, 56, 3-3; c. errata no final do volume) a qual casou-se com pessoa de idêntico nome, residente no termo de Atibaia, com toda a probabilidade o filho de Luís da Costa Rodrigues e de s/m. Ana Machado de Lima, adiante.
- 7(V)- MANUEL MACHADO DE LIMA, n. em 1664.

§ 5º

- IV- ANA MACHADO DE LIMA, n. por 1626, C. em S. Paulo a 2 de fevereiro de 1642 c. LUÍS DA COSTA RODRIGUES (Lº 1632-1644, fl. 29) n. em 1620, fº de Gaspar da Costa Rodrigues e de s/m. Maria da Silveira, moradores no Rio de Janeiro.

Estabeleceu-se Luís da Costa Rodrigues com loja, em S. Paulo, apresentando como fiador e principal pagador D. João Mateus Rendon, conforme registro feito nos livros da câmara a 19 de março de 1652 pelo escrivão Romão Freire (RGCSP, II, 298).

Creio que foi quem exerceu os cargos de juiz ordinário em 1648, parceiro de André Mendes Ribeiro, e de almotacel em 1660 (por assinar apenas Luís da Costa).

Outro provável morador de S. Paulo, Luís da Costa (Cabral) teria parentesco afim, em 3º grau, com o juiz André Mendes Ribeiro (ACCSP, V, 318 e VI, anexo, 201).

A 8 de janeiro de 1684, depôs nessa cidade, como testemunha, no processo de genere et moribus do Padre Félix Nabor de Camargo (ACMSP).

Faleceu Ana Machado de Lima em 1684, com testamento, e foi inventariada em S. Paulo. Seu marido lhe sobreviveu (DAESP).

Tiveram oito filhos:

- 1(V)- CAP. LUÍS DA COSTA RODRIGUES, bat. a 10 de maio de 1643 (Lº 1640-1662, fl. 17) C. por 1670 c. ANA MARIA DE SIQUEIRA, fª do Cap. Francisco Nunes de Siqueira e de s/m. Maria Pires, por esta, neta de João Pires, nobre cidadão de S. Paulo (cognominado “protetor dos jesuítas”) e de s/m. Mécia Rodrigues, por esta, bisneta do Cap. Garcia Rodrigues Velho e de s/m. Catarina Dias, todos, pessoas principais de S. Paulo (INV. E TEST., XVII, 115 e 137).

Serviu na câmara os cargos de almotacel em 1684, procurador do concelho em 1699, vereador em 1703, etc. (ACCSP, VII, 252 e 523 e VIII, 44).

Depôs como testemunha nos processos de genere et moribus de Domingos Lopes de Godói, em 1712, de Salvador Garcia de Pontes, em 1714, e no processo matrimonial do Cap. Rafael de Carvalho, em 1713, sendo qualificado “dos nobres” (ACMSP). Faleceu, segundo Silva Leme, em 1714.

- 2(V)- SEBASTIÃO MACHADO DE LIMA, n. cerca de 1645, mencionado em 2º lugar no testamento da mãe, deve ser o casado com Catarina de Almeida – segue.
- 3(V)- GASPAR, bat. a 18 (?) de agosto de 1648 (idem, fl. 49v.) creio já falecido antes da mãe, em 1684.
- 4(V)- BRÁS MACHADO DE LIMA, bat. a de novembro de 1650 (idem, fl. 67v.) C. por 1675 c. MARIA SOARES. Foi sertanista na região dos Serranos, em 1682, segundo os autores. Faleceu em S. Paulo em 1683, com testamento escrito em casa de seu pai, tendo nomeado testamenteiro o irmão Luís da Costa Rodrigues; referiu-se à sua irmã Maria da Costa Lima. Tiveram uma única filha, MARIA DE LIMA, n. por 1677.
- 5(V)- Maria Machado de Lima (ou da Costa Lima) bat. a 3 de julho de 1654 (idem, fl. 95).
- 6(V)- ANA DE LIMA, bat. nessa mesma data, creio gêmea, C.c. MANUEL RODRIGUES. Faleceu antes de 1684, c. geração.
- 7(V)- MATEUS DA COSTA RODRIGUES, bat. a 28 de setembro de 1660 (idem, fl. 124) deve ser o C cerca de 1693 c. MARIA RAPOSO BARBOSA, n. por 1675, fº do Cap. Estevão Raposo Barbosa e de s/m. Helena do Prado da Silva, inventariada em Guaratinguetá em 1733 (S.L., III, 40). Era irmão de Sebastião Machado de Lima, de Luís da Costa e de Brás Machado de Lima, todos filhos de Luís da Costa, o velho, segundo os apensos do testamento do referido Brás Machado de Lima, em 1683. Faleceu Maria Raposo Barbosa em Guaratinguetá em 1714, conforme Silva Leme.
- Tiveram quatro filhos, dos quais:
- 1 (VI)- ANTÔNIA, bat. em S. Paulo a 4 de julho de 1698, sendo padrinhos Antônio Raposo e Joana de Azevedo. Segundo o referido autor, foi casada com JOSÉ DAS NEVES RIBEIRO e chamava-se Antônia Barbosa (S.L., III, 55).
- 8(V)- CAP. DOMINGOS MACHADO DE LIMA, n. cerca de 1664, deve ser o C. por 1690 c. BRANCA RAPOSO BARBOSA, n. em Guaratinguetá por 1673, irmã de Maria Raposo, retro.
- Exerceu nessa vila o cargo de juiz ordinário em 1719 (Arquivo Judiciário).

A 27 de janeiro de 1746, em Guaratinguetá, onde residia desde 1686, depôs como testemunha no processo de habilitação do Santo Ofício de Salvador Correia de Toledo, nascido na comarca de S. João d'El Rei, fº de Salvador Correia Bocarro e de s/m. Ana Ferreira de Toledo, naturais de Taubaté (ANTT, processos do Santo Ofício, por informação do Dr. Marcelo Meira Amaral Bogaciovas).

Faleceu a de outubro de 1754 e foi inventariado em Guaratinguetá. Tiveram seis filhos, casados, com descendência nessa vila (S.L., III, 47).

- V- CAP. SEBASTIÃO MACHADO DE LIMA, n. cerca de 1645, deve ser o C. por 1670 c. CATARINA DE ALMEIDA, bat. em S. Paulo a 29 de março de 1652 (irmã de Miguel, bat. a 15 de maio de 1656, e de outros) fª do Cap. João da Cunha Lobo, n. cerca de 1618, e de s/m. Felipa de Almeida, sesmeiros entre Juqueri e Atibaia (INV. E TEST., XX, 423); n. p. do Cap. Henrique da Cunha Gago, n. em 1593, e de s/m. Maria de Freitas e n.m. de Miguel de Almeida de Miranda, n. em 1572, e de s/m. Maria do Prado, já casados em 1598 (RGCSP, VII, 86).

Exerceu em 1708 o cargo de vereador em S. Paulo (ACCSP, VIII, 163). Já era falecido, com sua mulher, em 1726.

Tiveram, naturais de Nazaré:

- 1(VI)- SEBASTIÃO MACHADO DE LIMA, mencionado no testamento de seu irmão, adiante.
- 2(VI)- HENRIQUE DA CUNHA LOBO (S.L., I, 58).
- 3(VI)- DOMINGOS MACHADO DE LIMA, n. por 1675, C. em Itú c. APOLÔNIA DE CAMPOS, irmã do Padre Filipe de Campos. Faleceu com testamento nessa vila a 22 de agosto de 1726 e dispôs uma capela de missas por sua alma (cinquenta missas). Teve um único filho, mencionado por Silva Leme (IV, 181).
- 4(VI)- MARIA DE LIMA DO PRADO, n. por 1680, C. em Atibaia (?) em 1698 c. o CAP. ANTÔNIO RAPOSO BARBOSA, n. por 1671, fº do Cap. Estevão Raposo Barbosa e de s/m. Helena do Prado Silva (S.L., III, 40). Faleceu em Guaratinguetá a 23 de outubro de 1745 e foi inventariada no mesmo ano. Seu marido lhe sobreviveu. Tiveram onze filhos, nascidos entre os anos de 1699 e 1725, c. grande descendência nessa localidade e vilas vizinhas.

§ 6º

- III- ISABEL DA COSTA, fª de João da Costa Lima e de s/m. Inês Camacho (II) n. cerca de 1601, C. por 1618 c. FRANCISCO SUTIL DE OLIVEIRA (OU SIQUEIRA) n. em 1582 na cidade da Bahia (ou em Portugal) fº de Francisco Sutil de Siqueira (provedor e depois o desembargador da repartição sul - INV. E TEST., I, 199) e de sua 1ª mulher Guiomar de Oliveira, naturais de Portugal (ACCSP, II, 324).

Segundo os autores, seguiu Francisco Sutil de Oliveira em 1635, com mais de duzentos paulistas, na bandeira de Luís Dias Leme ao Rio Grande do Sul. Em S. Paulo serviu os cargos de almotacel em 1639 e 1645, vereador em 1646, juiz ordinário do pelouro em 1659, etc. (ACCSP, IV, 441; V, 239 e 257 e VI, anexo, 109).

Cristão velho, depôs como testemunha nos processos de genere et moribus dos padres Domingos da Cunha, em 1646, Pedro Leme do Prado, em 1655, Antônio de Lima, em 1611, e outros.

Ingressou na Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, tendo servido como irmão da mesa, procurador em 1644, etc. (ACMSP).

Faleceu em 1662 e foi inventariado em S. Paulo. Sua mulher faleceu com testamento em 1684.

Pais de:

- 1(IV)- JOÃO SUTIL DE OLIVEIRA, n. por 1619, C.c. MARIA RIBEIRO DE SIQUEIRA – segue.
- 2(IV)- O MUITO REVERENDO PADRE ANTÔNIO SUTIL, que se ordenou sacerdote secular no Rio de Janeiro, com processo de genere et moribus iniciado em S. Paulo em 1661.

Recebeu de seus pais, conforme a escritura de patrimônio sacerdotal, uma sesmaria medindo oitocentas braças de testada por meia légua de sertão, um sítio no termo da vila de Parnaíba e outro sítio, em Ambuassava, com casas de telha de três lances.

Pelo depoimento das testemunhas juradas aos Santos Evangelhos no processo, eram os pais do habilitando “cristãos velhos e de nobre geração” (ACMSP).

- 3(IV)- SIMÃO SUTIL DE OLIVEIRA, n. por 1625, C.c. MARIA DE SIQUEIRA. Faleceu pouco antes de 30 de outubro de 1650 e s/m. em 1654 (INV. E TEST., XV, 257).

Tiveram um único filho:

- V- O REVERENDO PADRE MESTRE SIMÃO SUTIL DE OLIVEIRA, n. em setembro de 1650, que ingressou na Companhia de Jesus em 1667. Ainda vivia em 1723 (ACMSP, Dispensa, 4-2-8, p. 56).

- 4(IV)- FRANCISCO, n. por 1627, falecido.

- 5(IV)- FRANCISCO DE OLIVEIRA SUTIL, bat. em S. Paulo pelo Padre Salvador de Lima a 8 de fevereiro de 162..., C.c. TOMÁSIA RIBEIRO DE ALVARENGA, c. geração.

- 6(IV)- ISABEL DA COSTA C.c. MANUEL FERNANDES PRETO, falecido em 1675, c. geração.

- 7(IV)- INÊS DE JESUS DE OLIVEIRA, n. por 1635, C.c. DOMINGOS DA SILVA DE SANTA MARIA, que foi fiador da sogra, a 28 de setembro de 1665, na curadoria de seu neto Simão Sutil, retro.

- 8(IV)- MARIA SUTIL, n. cerca de 1623, C. na matriz de S. Paulo a 23 de fevereiro de 1639 c. GASPAS SARDINHA DA SILVA, fº de Pedro da Silva, de Portugal, e de s/m. Luzia Sardinha, por esta, neto de Afonso Sardinha, o moço, grande sertanista, nomeado almotacel em 1593, comandante de uma bandeira em 1598 e que foi com o pai Cap. Afonso Sardinha, o velho, um dos principais descobridores de minas em S. Paulo, segundo Pedro Taques e outros autores (RGCSP, I, 124).

A 7 de setembro de 1641, por despacho do governador, Cap. Mor João Luís Mafra, obteve Gaspar Sardinha, de parceria com o cunhado Cap. Francisco da Fonseca Falcão (C. a 1º de maio de 1634 c. sua irmã Maria da Silva) e de Gregório Fagundes, uma sesmaria na região de Juqueri medindo légua e meia de testada “com todo o comprimento para o sertão que tiver”. Justificou sua condição de – filho e neto de povoadores – sendo os demais suplicantes (nascidos em Portugal) apenas – casados com filhas e netas de povoadores – e que todos prestaram serviços na Capitania (“Sesm.”, I, 435).

O mencionado Francisco da Fonseca Falcão, nobre açoriano, exerceu de 1643 a 1648 o cargo de governador da Capitania de S. Vicente.

Em 1625 e 1640, Gaspar Sardinha da Silva e seu pai haviam obtido da câmara chãos na vila de S. Paulo (“Cartas de Datas”, II, 73 e 171). Em 1644 foi almotacel (ACCSP, V, 208) e passou a residir em Jundiá (MAZZUIA, Mário. Jundiá através de Documentos, 1976. p. 40).

Faleceu em 1669 e deixou doze filhos, com geração descrita por Silva Leme.

- IV- JOÃO SUTIL DE OLIVEIRA, n. cerca de 1619, C. em S. Paulo a de outubro de 1643 c. MARIA RIBEIRO DE SIQUEIRA, n. por 1627, f^a do Cap. Francisco Bicudo de Siqueira e de s/m. Maria Ribeiro; n.p. de Manuel de Siqueira (“Sesm.”, I, 253) e de s/m. Mécia Nunes Bicudo; n.m. do Cap. João Maciel Valente, n. em 1578, e de s/m. Maria Ribeiro (S.L., título Maciéis). Era o avô, Manuel de Siqueira, genro de Isabel Rodrigues (“Cartas de Datas”, I, 98) mulher de Antônio Bicudo, o velho.

Em 1639, por determinação do pai, ingressou na armada de socorro à cidade da Bahia durante a guerra holandesa (1630-1654) e, em 1648, seguiu numa bandeira ao Paraná. Em 1647 foi almotacel (V, 302).

Faleceu assassinado com sua mulher pelos índios guarulhos, sendo aberto o inventário a 20 de abril de 1652. Não deixaram testamento. Entre os bens, declarou o inventariante, pai do falecido, um sítio (local do trágico acontecimento) quarenta e oito administrados do gentio, mais onze fugidos, e casas de taipa de pilão na vila.

Pertenceu João Sutil às irmandades do Santíssimo Sacramento e de Nossa Senhora.

No sepultamento teve o casal a assistência de algumas confrarias e dos padres, Licenciado Sebastião de Freitas, Licenciado Mateus Nunes de Siqueira, Baltazar da Silveira, Salvador de Lima e outros. Conforme dispôs o inventariante, Francisco Sutil de Oliveira, celebraram-se no Mosteiro de Nossa Senhora do Carmo quarenta missas pelos falecidos, além das missas do abintestado (INV. E TEST., XLII, 129 e 158).

Pais de, tutelados do avô:

- 1(V)- ISABEL SUTIL (RIBEIRO) n. em 1646, C.c. o CAP. SALVADOR DE PONTES DO CANTO – segue.

2(V)- CAP. SEBASTIÃO SUTIL DE OLIVEIRA, n. em 1648, assinou quitação da legítima, em 1674, aos herdeiros do avô paterno. Segundo Silva Leme, casou três vezes e faleceu em Sorocaba em 1708. Em Parnaíba, servira o cargo de juiz ordinário e de órfãos em 1690 (INV. E TEST., XIX, 400 e 406); c. geração.

V- ISABEL SUTIL (RIBEIRO) n. em 1646, C. em 1661 c. o CAP. SALVADOR DE PONTES DO CANTO, n. em 1639 (3) fº do Cap. Pedro Nunes de Pontes, n. em 1613, e de s/m. Inês Domingues Ribeiro (irmã do carmelita Frei João de Cristo e outros); n.p. de Pedro Nunes (juiz ordinário em 1612) e de s. 3ª m. Catarina de Pontes, por esta, bisneto de Bartolomeu Gonçalves (juiz ordinário em S. Paulo em 1620) e de sua 3ª mulher Domingas Rodrigues, irmã de Gaspar Vaz (INV. E TEST., VII, 97) pessoas que antes residiram na Capitania do Espírito Santo; n.m. do Cap. Pedro Domingues, n. em 1577 (“Sesm.”, I, 258, 260 e 394) e de s/m. Maria Mendes, falecida com testamento em 1680, por esta, bisneto de Nuno Vaz Pinto, natural de Portugal (juiz ordinário em 1601) e de s/m. Mendes, por esta, trineto de Antônio Mendes (RGCS, VII, 46) e de s/m. Ribeiro e tetraneto de Manuel Ribeiro (várias vezes juiz ordinário em S. Paulo e ouvidor eclesiástico em 1590) e de s/m. Isabel Fernandes, povoadores da Capitania de S. Vicente (v. § 3º, IV).

Era irmão Salvador de Pontes (entre outros) do Muito Reverendo Padre Doutor João Domingues de Pontes, vigário da Vara de S. Paulo, bat. a de agosto de 1654, do Cap. José Domingues de Pontes (quando moço, José de Pontes do Canto) bat. a 16 de agosto de 1652, e do Venerando Padre Belchior de Pontes, da Companhia de Jesus, bat. a 6 de dezembro de 1644, grande vulto religioso do 2º século de S. Paulo, falecido em santidade a 23 de setembro de 1719 (v. FONSECA, Padre Manuel – “Vida do Venerável Padre Belchior de Pontes da Companhia de Jesus da Província do Brasil”, Lisboa, ano de 1752).

O Cap. Salvador de Pontes do Canto e s/m. tiveram, entre outros, a filha:

VI- ISABEL DE PONTES, n. cerca de 1678, C. por 1694 c. o CAP. ANTÔNIO PEREIRA DE AVELAR, falecido em 1697, e 2ª vez cerca de 1700 c. o CAP. MANUEL DA CUNHA LOBO, fº do Cap. Salvador da Cunha Lobo e de s/m. Catarina de Mendonça (S.L., título Cunhas Gagos)

Faleceu em 1748 e seu marido em 1750 deixando doze filhos, entre os quais (mencionada por Silva Leme):

- VII- LUZIA DA CUNHA PONTES, n. cerca de 1701, C. em Mogi das Cruzes em 1716 c. o CAP. LOURENÇO DE AMORES DO PRADO, n. em Taubaté em 1685 (dos principais homens da governança, conforme foi qualificado com diversas pessoas a 10 de abril de 1730 – AHMFG) fº do Cap. Paulo Vieira da Maia, n. em Taubaté em 1651 e inventariado em 1736, e de s/m. Catarina de Almeida de Amores, natural de S. Paulo; n.p. do Cap. Antônio Vieira da Maia, natural de Guimarães (juiz ordinário em Taubaté em 1650, 1652, 1658, 1664, 1671, etc.) e de s/m. Maria Cardoso Cabral (casados em S. Paulo a 28 de janeiro de 1642, o contraente filho de Pero Vieira e de s/m. Beatriz Lopes); n.m. de Lourenço de Amores de Siqueira e de s/m. Úrsula de Almeida e, pelo avô, bisneto de Domingos de Amores, natural de Castela, e de s/m. Antônia de Siqueira (título Siqueiras Mendonças).

No inventário dos pais recebeu Luzia da Cunha Pontes citação por precatória, em Guaratinguetá.

Eram irmãos do Cap. Lourenço de Amores Prado, entre outros, o Muito Reverendo Padre Lente Frei Bernardino de Jesus (ACMSP – *genere et moribus* – 1-6-98, p. 26) Frei José de Santa Catarina Vieira, Maria de Almeida C.c. Artur da Rocha Leme, e o Cap. Manuel Vieira de Amores (juiz ordinário em Taubaté em 1726, 1730, etc.) C.c. Inácia Ferreira de Loyola, estes, os avós maternos do Sargento Mor Luís Vaz de Toledo, dos Padres Carlos Correia de Toledo e Bento Cortez de Toledo, professo da Ordem de Cristo, e do franciscano Frei Antônio de Santa Úrsula Rodovalho, mestre de filosofia, pregador da Capela Imperial, ministro provincial da Ordem no Rio de Janeiro e bispo resignatário de Angola (S.L., título Toledos Pizas).

Faleceu o Cap. Lourenço de Amores em 1743 e s/m. em 1771, na freguesia da Piedade, sendo inventariados em Guaratinguetá (título Costas Cabrais).

Entre seus doze filhos:

- VIII- RITA DE AMORES (DE SANTA CRUZ), n. em Taubaté em 1723, C. na freguesia de Nossa Senhora da Piedade c. o ALFERES FÉLIX DA MOTA PAIS, n. em 1723, fº do Cap. Manuel da Mota Pais, n. em 1693 (juiz ordinário em Guaratinguetá em 1725 e 1736) e de s/m. Luzia Rodrigues Bicudo, n. em 1696; n.p. do Cap. Salvador da Mota de Oliveira, n. em S. Sebastião em 1663, e de s/m. Maria do Rego Barbosa e n.m. do Cap. Francisco Borges Rodrigues, n. em 1658, e de sua 1ª mulher Ana Vaz Bicudo (título Álvares Correias).

Entre os seus netos vem mencionado o Cap. José Joaquim da Mota, natural de Baependi, que ingressou a 30 de dezembro de 1808 na 7ª Companhia do 2º Regimento de Cavalaria Miliciana de S. Paulo (Livro Mestre, fls. 152, assento nº 68; idem, nº 281, fls. 154, assento nº 19) fº de Lourenço de Toledo Lara e de s/m. Luzia da Mota, casado em Guaratinguetá a 23 de novembro de 1802 c. Francisca Rufina de Jesus, n. em 1784, filha de Manuel de Rezende, dos Açores, e de s/m. Quitéria da Silveira (Goulart) esta bisneta do Cap. Pedro da Mota Pais, irmão do mencionado Cap. Salvador da Mota Oliveira (título Motas Pais); c. descendência nessa cidade.

Foram bisnetos do Alferes Félix da Mota Pais e sua mulher Rita de Amores, nascidos em Minas Gerais, os irmãos Joaquim da Mota Pais, barão de Camandocaia em 1881, Coronel José Ribeiro da Mota Pais, barão da Mota Pais em 1887, morador com alguns irmãos em Espírito Santo do Pinhal, onde exerceu a liderança política (DAESP) Segisfredo da Mota Pais, Lúcio da Mota Pais, Felícia da Mota Pais Leme Cabral C.c. Tomás de Oliveira Tito, e outros.

Em “Negócios Eleitorais de Espírito Santo do Pinhal”, no rol dos cidadãos qualificados votantes em 1876 (pela lei nº 2675, de 20 de outubro de 1875) figuram o Cap. José Ribeiro da Mota Pais e seu irmão Segisfredo da Mota Pais como os eleitores de maior renda, ambos com 5:000\$000 (vide MARTINS, Roberto Vasconcelos “Divino Espírito Santo e Nossa Senhora das Dores do Pinhal – História de Espírito Santo do Pinhal”, pp. 433, 467 e 493).

§ 7º

- II- ANTÔNIO LOURENÇO, n. em 1584, fº de Domingos Luís e de s/m. Ana Camacho, C. depois de 1610 c. MARINA DE CHAVES, n. por 1595, fª de Mateus Leme, n. em S. Vicente em 1560, e de s/m. Antônia de Chaves. Casou a 2ª vez por 1620 c. Isabel Cardoso, falecida em 1661, fª do Cap. Gaspar Vaz Guedes e de s/m. Francisca Cardoso.

Em 1603, foi nomeado pelo pai administrador da capela de Nossa Senhora da Luz, transferida nesse ano do Ipiranga para o lugar de Guarepe (Tombo da Sé, Lº 1º).

Serviu na câmara de S. Paulo os cargos de almotacel em 1610 e de juiz ordinário do pelouro em 1621 (ACCSP, II, 271 e 466; sua assinatura, 463). Em 1654, depôs como testemunha no processo de *genere et mo-*

ribus do Padre Pedro Varejão de Magalhães. Faleceu em 1658 sendo inventariado nessa cidade.

Teve da 1ª mulher quatro filhos e da 2ª oito, todos tratados por Silva Leme.

Da 1ª mulher:

- 1(III)- CAP. DOMINGOS LUÍS LEME – segue.
- 2(III)- ANTÔNIA DE CHAVES C.c. BRÁS CARDOSO.
- 3(III)- ANA DE CHAVES C.c. PAULO PEREIRA DE AVELAR.
- 4(III)- MARIA LEME DE CHAVES C. na Sé a 29 de outubro de 1635 c. o CAP. JOÃO DO PRADO MARTINS, n. em S. Paulo em 1610, que obteve, entre outras, uma sesmaria no termo da vila de Taubaté, no lugar onde, pouco antes de 1689, se erigiu a ermida de Nossa Senhora do Bom Sucesso (4).

Na governança dessa vila serviu, entre outros, os cargos de juiz ordinário e de órfãos em 1651 (AHMFG). Faleceu em 1653 e deixou grande descendência (título Prados).

- III- CAP. DOMINGOS LUÍS LEME, n. em S. Paulo por 1615, C. na Sé a 11 de novembro de 1638 c. ANA CABRAL, n. em Mogi das Cruzes por 1621, 1ª do Cap. Manuel da Costa Cabral, falecido em Taubaté em 1659, e de s. 1ª m. Francisca Cardoso, falecida na mesma vila em 1654.

Possuiu ao menos três sesmarias, situadas nas vilas de Taubaté e Guaratinguetá (paragem de “Ipiaguí”) e na região de Pindamonhangaba (AHMFG).

Faleceu sua mulher pouco antes de 1655 sendo sepultada na igreja de Santo Antônio de Guaratinguetá. Casou 2ª vez c. Leocádia de Vasconcelos (creio parenta de Antônio de Andrade C.c. Leocádia de Vasconcelos, da família Quebedo de Vasconcelos).

No inventário do pai, recebeu citação por precatória na vila de Guaratinguetá, onde residia, da qual figura como um dos fundadores, segundo Pedro Taques e Silva Leme.

A fundação dessa vila teria ocorrido a 13 de fevereiro de 1651, por uma provisão do Cap. Mor e Ouvidor Dionísio da Costa (governou de 1649 a 1652) loco tenente do donatário de Vimieiro, D. Diogo de Faro. Antes dessa data era a paragem referida como “povoação de Sancto Antonio no Ryo da Parahyba” (Carta de sesmaria de Antônio Afonso e seus ir-

mãos, expedida pelo dito capitão mor em Conceição de Itanhaém a 4 de março de 1652) ou “povoação de Sancto Antonio de Guaratingueta” (Carta de sesmaria do Cap. Brás Esteves Leme e de seu genro Antônio de Zouro de Oliveira, dada em S. Francisco a 30 de janeiro de 1651 pelo mesmo capitão mor) e a 4 de março de 1652 se declarou o lugar como “vila nova de Sancto Antonio no rio da Parahyba” (Carta de Antônio Afonso, acima). Havia sido edificada a igreja da povoação sob o orago de Santo Antônio, o grande santo português, canonizado em 1232, natural de Lisboa, nascido na quinta de Bulhões em 1195 e falecido em Pádua (perto de Veneza) em 1231.

Em 1657, a igreja de Santo Antônio possuía adro (INV. E TEST., XLIII, 270).

Por volta de 1680, o Cap. Mateus Leme do Prado, um dos principais moradores (juiz ordinário e de órfãos em 1658) instituiu, conforme provisão, a imagem de S. Mateus num dos altares laterais da igreja, com doação de patrimônio para a celebração da Santa Missa e das demais cerimônias no dia do apóstolo.

Essa instituição se manteve até o decreto que extinguiu os morgados, no final do 1º quartel do século 19.

Em 1772, foi a igreja demolida (exceto um pequeno lance, onde seria hoje a sacristia) e reconstruída em estrutura mais sólida, segundo o contrato feito com o mestre carpinteiro Mateus Machado Pacheco, que arrematou a obra pelo valor de 2:870\$000 (Ouvidoria Geral da cidade de S. Paulo, ano de 1780, Traslado da Apelação Cível de que são autores apelantes o Cap. Mor Manuel da Silva Reis e o Alferes Manuel Álvares Franco e apelados os irmãos da mesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Vila de Guaratinguetá).

Depois de passar por modificações e grandes melhorias, desde o início do século 20, existe hoje sob o título de Catedral de Santo Antônio.

Faleceu o Cap. Domingos Luís Leme a 19 de abril de 1674, com testamento, sendo inventariado em Guaratinguetá (inventário mencionado por Pedro Taques e desaparecido, com outros, seiscentistas, dos arquivos cartorários dessa cidade).

Teve, segundo Silva Leme, sete filhos do 1º matrimônio, dos quais:

1(IV)- SARGENTO MOR JOSÉ LUÍS LEME, n. por 1650 – segue.

2(IV)- MARIA LEME, n. por 1639, C.c. Ramos (?) - § 8º.

- 3(IV)- ANTÔNIO, bat. na matriz de S. Paulo a 29 de março de 1643 (Lº 1640-1662, fls. 16).
- 4(IV)- MARINA, bat. na mesma data, gêmea.
- 5(IV)- ANA CABRAL, n. por 1645.
- 6(IV)- (?) DOMINGOS LUÍS CABRAL “O CARVOEIRO” - § 9º.

IV- SARGENTO MOR JOSÉ LUÍS LEME, n. por 1650, C.c.
 Pais de (q.d.):

V- ANA LEME CABRAL, n. por 1694, C.c. JOÃO RIBEIRO DAS NEVES.
 Pais de:

- 1(VI)- ANTÔNIA LEME CABRAL C.c. HENRIQUE TAVARES, fº de Henrique Tavares e de s/m. Maria de Brito (ou Pacheco). Foram os pais de MARIA, bat. em Guaratinguetá a 18 de maio de 1746 (Lº 1740-1749, fl. 67).
- 2(VI)- TOMÁSIA RIBEIRO, n. em 1717, C. em 1734 c. seu parente consanguíneo em 4º grau misto ao 3º, NICOLAU SOARES DE LOUZADA, n. em Guaratinguetá em 1705, fº de João Soares de Louzada (n. por 1675) e de s/m. Margarida da Assunção Cabral, moradores na freguesia de Nossa Senhora da Piedade (do Guaipacaré); n.p. (?) do Cap. Nicolau Soares Louzada (n. por 1645) e de s/m. Joana Vieira e n.m. do Cap. Lourenço Velho Cabral e de s/m. Maria dos Reis Freire. Um dos filhos do Cap. Nicolau Soares de Louzada e de s/m. Joana Vieira foi o Sargento Mor Filipe Soares de Louzada (n. por 1680) casado três vezes, pai do Padre Mestre Francisco Soares do Amaral.

Em 1638, obtiveram sesmaria em Mangaratiba (até entestar com as datas do Cap. Duarte Correia Vasqueanes e Manuel Veloso) João Soares de Louzada, Dona Maria Correia, Alferes Bernardo Henriques Pimentel e Manuel Borges Pacheco (“Sesm.”, I, 337). Seria João Soares de Louzada ascendente ou parente de Nicolau Soares de Louzada.

IV- MARIA LEME, n. por 1639, C. por 1655 c. Ramos (?).

Pais de:

V- ANA CABRAL, n. por 1660, C.c. JERÔNIMO RABELO DE BRITO.

Pais de:

VI- MARIA LEME (OU RAMOS) n. por 1683, C.c. DOMINGOS FRAGOSO DE ABREU (n. por 1680) fº de Gaspar de Campos Fragoso, de Arrifana de Sousa, n. em 1653, morador em Pindamonhangaba em 1714, e de s/m. Isabel de Freitas (ACMSP).

Domingos Fragoso, viúvo de Maria Ramos, C. em 1716 c. Violante de Siqueira, fº do Cap. Sebastião Gil de Siqueira e de s/m. Maria Bocado Cabral (S.L., III, 44); faleceu com testamento em 1726 e deixou geração de ambos matrimônios (S.L., VII, 396 e VIII, 65).

§ 9º

IV- (?) DOMINGOS LUÍS CABRAL “O CARVOEIRO” (OU DOMINGOS CABRAL) natural da freguesia de Angra dos Reis, pessoa que conviveu com o sobrinho Pedro de Almeida nas minas de Sabará, onde tiveram trato com D. Francisco Mateus Rendon e seu irmão D. Pedro Mateus Rendon.

Morador em Angra, na enseada da Estrela, foi Pedro de Almeida testemunha a 22 de dezembro de 1747 no processo de *genere et moribus* do Padre Antônio de Toledo Lara. Nascido em 1672 nessa freguesia, depôs que, por informação de seu tio Domingos Luís Cabral “o Carvoeiro”, teve conhecimento de D. Francisco Mateus Rendon (avô do habilitando) e seu irmão D. Pedro Mateus Rendon como naturais e batizados na Ilha Grande (Angra dos Reis) da família dos Rendons, principais desta terra, assim na sua origem como na nobreza de suas pessoas (ACMSP).

Casou Domingos Luís Cabral c. DOMINGAS CARDOSO e tiveram (q.d.):

V- CAP. DOMINGOS LUÍS CABRAL, n. na Ilha Grande por 1665, C.c. CATARINA DE SIQUEIRA DO PRADO, fº do Cap. Domingos Rodrigues do Prado e de s/m. Violante de Siqueira.

Exerceu em Taubaté, entre outros, os cargos de juiz ordinário e de órfãos em 1696 (AHMFG).

Faleceu com testamento e foi inventariado nessa vila em 1726; c. geração (S.L., III, 319).

Notas

1

O CAP. BENTO DA COSTA PRETO, n. em 1658 (com a idade declarada nas qualificações de testemunhas) foi homem de negócios na vila de Taubaté, onde assinou numerosas escrituras de dinheiro a ganhos (AHMFG). Creio que procede dos “Colaços da Costa”. Casou nessa vila por 1679 c. LEONOR RODRIGUES e 2ª vez em 1696 c. ANA MARIA DE TORRES, falecida com testamento a 3 de abril de 1700 e inventariada no mesmo ano; casou a 3ª vez pouco depois dessa data c. ISABEL PEDROSO DE BRITO. Obteve em 1727 sesmaria no caminho velho, na região de Santana do Capivari (MG). Teve descendência dos três casamentos, segundo informação do Dr. José Guimarães, de Ouro Fino-MG.

No inventário da 2ª mulher o monte mor do casal somou 2:237\$800.

2

Genealogia Paulistana – Título Saavedras

A

- I- ANTÔNIO DE SAAVEDRA, n. em Castela em 1557, C. em S. Paulo em 1577 c. BEATRIZ GONÇALVES, viúva, falecida no ano seguinte (Revista da ASBRAP, 3ª, p. 48); C. 2ª vez em 1579 c. MARIA MOREIRA, n. cerca de 1564, fª do Cap. Jorge Moreira, pessoa da governança, e de s/m. Isabel Velho. Serviu em S. Paulo os cargos de vereador em 1587, almotacel em 1588, juiz ordinário em 1582, 1589, 1590, etc. (ACCSP, I, 190, 309, 349, 374 e 379). Depôs a 1º de novembro de 1620 no “Processo Informativo do Rio de Janeiro” para a beatificação do Padre José de Anchieta. Teria falecido com sua mulher nessa cidade onde já residia há muitos anos.

Pais de, ao menos:

- 1(II)- CONSTANTINO DE SAAVEDRA, n. em 1580, foi almotacel em 1635, vereador em 1634, etc. (ACCSP, IV, 197 e 243). Deixou grande geração descrita por Silva Leme.
- 2(II)- TEODÓSIO DE SAAVEDRA, n. por 1585.

B

- I- CAP. JOÃO FERNANDES DE SAAVEDRA, de nação castelhana, n. por 1590 (creio parente de Antônio de Saavedra) C.c. MARIA DE GODÓI, fª do Cap. Baltazar de Godói, da governança, e de s/m. Paula Moreira, por esta, neta do Cap. Jorge Moreira e de s/m. Isabel Velho. Serviu em S. Paulo os cargos de vereador em 1631, 1637 e 1640, juiz ordinário em 1627 e 1641, etc. (ACCSP, III, 253, IV, 75 e 338 e V, 24 e 76). Era cunhado de João de Godói (V, 78). Faleceu em Parnaíba em 1677, conforme escreveu Silva Leme.

Tiveram oito filhos, dos quais:

- II- MARIA DE SAAVEDRA, n. em S. Paulo por 1622 (já falecida em 1676) C. a 2ª vez por 1650 c. DOMINGOS LEITE, natural do lugar de Mirelhe Pequeno, freguesia de S. João da Fachada (?) concelho de, Portugal, fº de João Carvalho e de s/m. Maria Leite.

Pais de:

- III- JOÃO LEITE DE CARVALHO, bat. em S. Paulo a 2 de julho de 1652, habilitado de *genere* no Rio de Janeiro em 1676. Vem declarada no processo de habilitação a naturalidade castelhana do avô materno. Eram todos, pais e avós do habilitando, inteiros cristãos velhos. Depuseram no processo em S. Paulo, a 22 de dezembro de 1675, perante o Ouvidor da Vara Eclesiástica, Licenciado Mateus Nunes de Siqueira, as seguintes testemunhas: Pedro Fernandes Aragonês, castelhano, com 72 anos de idade, Cap. Estevão Fernandes Porto, de Lisboa, com 67 anos de idade, Cap. Domingos da Silva, da vila de Fonte Arcada, Portugal, com 65 anos de idade, Cap. Antônio de Siqueira de Mendonça, de S. Paulo, com 63 anos de idade, Cap. Brás Cardoso, de S. Paulo, com 86 anos de idade, Cap. Marcelino de Camargo, de S. Paulo, com 66 anos de idade, Cap. José Ortiz de Camargo, de S. Paulo, com 51 anos de idade (todos com assinaturas e as idades declaradas pouco mais ou menos).

3

A 2 de novembro de 1662, reuniu-se a câmara de S. Paulo “com a nobreza deste povo” para tratar de um imposto, sobre vinho, aguardentes e azeite, a pedido de S. Majestade. Assinaram a ata os juizes ordinários Paulo da Fonseca e Estevão Ribeiro Bayão Parente, os vereadores Francisco Dias Leme e Pascoal Rodrigues da Costa, o procurador do concelho Paulo Gonçalves e o escrivão da câmara Romão Freire com as seguintes pessoas: João Pais, de Mesquita, Francisco Cubas, João de Godói Moreira, João Batista Leão, Antônio Pardo, Francisco

Correia de Lemos, Antônio de Macedo de Vasconcelos, Antônio de Siqueira de Mendonça, João do Prado da Cunha, João Raposo da Silveira, Geraldo Correia Soares, Pedro Correia Soares, Salvador de Pontes do Canto, Manuel Moura, Francisco Dias da Rocha, o moço, Francisco, Luís Francisco de Lima, Roque Furtado Simões, Antônio Rodovalho e Diogo Bueno. (ACCSP, VI, anexo, 292).

4

Teriam sido os idealizadores ou construtores da mencionada ermida, solidária ou conjuntamente: o Cap. Antônio Bicudo Leme, que arrematou quinhentas braças de terras nesse lugar, em 1678, no leilão do espólio do Cap. Antônio Teixeira Cid, o Padre João de Faria Fialho, morador em Taubaté e Pindamonhangaba de 1680 em diante, e Marta de Miranda, falecida na – paragem de Pindamonhangaba – e inventariada em Taubaté em 1689.

Fez Marta de Miranda testamento que anexaram ao processo de inventário (testamento subtraído aos autos, deixando uma falha na numeração das páginas); arrolaram-se no inventário as terras e mais de cento e quarenta administrados do gentio (AHMFG). Dispôs duzentas e cinquenta e uma missas, como se vê pelo título dos pagamentos.

Era viúva do Cap. Francisco Cubas Preto (n. por 1630) falecido e inventariado em S. Paulo em 1673, homem de posses, com mais de cento e setenta administrados do gentio (INV. E TEST., XVII, 309) fº do Cap. Francisco Cubas Ferreira, n. em 1594 e falecido em 1679, instituidor, alguns anos antes do falecimento, de uma capela sob o título de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Arujá. Exerceram a administração dessa capela, depois do fundador, sua filha Brígida Sobrinha, Cap. Amador Bueno da Veiga, João dos Reis (genro de Sebastião Preto, um dos filhos do instituidor) Francisco Cubas de Miranda, seu sogro Manuel de Ávila e seu filho Brás Cubas de Miranda, até por volta de 1744 (título Cubas).